

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

Paulo Ricardo Bavaresco*

Vanessa Daiane Rauber**

Resumo

O presente artigo teve como objetivo analisar o contexto histórico da educação do campo no Brasil e no Estado de Santa Catarina. Para essa compreensão, buscou-se contextualizar a evolução histórica da educação do campo, analisando as lutas e conquistas dos povos do campo no decorrer do tempo. Compreender as complexidades históricas da educação do campo possibilita obter uma visão ampla dos aspectos que marcaram, ao longo do tempo, essa forma de educação, possibilitando apontar melhorias aos rumos de uma educação de qualidade no campo. Assim, por meio dessa reflexão bibliográfica, também se buscou compreender o campo, a vida das pessoas que estão nesse ambiente e seus laços culturais construídos com a terra. Essa forma de educação possuiu inúmeros critérios a serem discutidos que precisam ser recapitulados e analisados, para a própria progressão da escola e dos membros que dela fazem parte. As escolas do campo precisam de um olhar diferenciado, para que sejam atendidas às necessidades da sua população, que também merece ser reconhecida e valorizada.

Palavras-chave: Educação do campo. Lutas. Conquistas.

1 INTRODUÇÃO

Contextualizar a educação do campo nos dias de hoje é muito importante, pois a revisão da trajetória histórica aos dias atuais é sempre salutar. É fundamental, para professores e alunos, revisar e (re)construir o processo histórico do ambiente escolar em que estão inseridos. Isso contribui para entender as características da escola e qualificar os trabalhos educacionais. A educação do campo possui inúmeros critérios a serem discutidos que precisam ser recapitulados e analisados, para o próprio entendimento da escola e dos membros que dela fazem parte. Da mesma forma, faz-se necessário compreender a educação do campo em todos os seus âmbitos, pedagógicos ou de estruturas físicas. Para isso, antes de tudo, é preciso conhecer as especificidades as quais marcam os povos que serão atendidos por essa educação. Assim, pode-se propor uma educação que atenda as suas necessidades, bem como políticas públicas que atendam às especificidades de tal educação. Além disso, também é importante analisar e compreender as lutas e as conquistas que foram marcantes e determinantes para delinear a educação do campo no Brasil, ressaltando as conquistas e as dificuldades enfrentadas ao longo do tempo para ganhar espaço e ser reconhecida.

Assim, objetivou-se, por intermédio desta pesquisa, contextualizar a evolução histórica da educação do campo no Brasil e no Estado de Santa Catarina, buscando conhecer o passado, analisar o presente e apontar melhorias para o futuro. A viagem por essa história permite rever os principais fatos que marcaram a trajetória das escolas do campo e, certamente ajuda a compreender a situação presente da educação do campo. Esta história revela a grande luta do povo camponês, suas conquistas e desafios, ainda presentes, em busca de uma educação de qualidade.

2 COMPREENDENDO O CAMPO E O SEU ESPAÇO EDUCACIONAL

O campo muitas vezes é compreendido no conjunto das relações sociais desiguais que caracterizam o modo de produção capitalista e, especialmente, como lugar de vida e trabalho, um lugar que marcou e continua construindo

* Doutor em Ciências Sociais; Professor e pesquisador da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Rua Oiapoc, 211, Bairro Agostini, 89900-000, São Miguel do Oeste, SC; paulo.bavaresco@unoesc.edu.br

** Graduada em Pedagogia; vanessadaianerauber@hotmail.com

a sua marca na história brasileira, por meio de um contexto de lutas e conquistas pela terra e por uma educação que garantisse a esse povo o direito ao trabalho e à escolarização. De acordo com Souza e Marcoccia (2011, p. 198), “O campo brasileiro, com uma população de aproximadamente 18% dos que habitam o território nacional, é significativo para a economia interna e externa; o lugar de vida, de moradia e de trabalho de milhares de pessoas.”

Para contextualizar a educação do campo, é indispensável compreendê-lo, e a vida das pessoas que estão nesse ambiente, as instituições que permeiam a vida destas pessoas e os laços construídos. Esse espaço, de acordo com Fernandes (2012, p. 744), “[...] é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de cultura camponesa constrói sua existência.” Mais do que um espaço de produção agrícola, é um espaço de vida, de sabedoria, de cultura, de relações entre homens, mulheres, crianças e jovens, e entre eles e a natureza. É por meio dessa compreensão que se pôde identificar as principais características dessa população, para dirigir a ela políticas públicas que atendam a essas especificidades.

3 CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Compreender a história e os fatos que marcaram as épocas é fundamental para compreender o presente com maior precisão. No âmbito da educação não é diferente, ela se constitui como uma prática social e histórica, construída pelas pessoas com as ideologias e características próprias de cada época. Estas características estão fortemente marcadas na trajetória de lutas e conquistas da educação do campo.

O direito à educação para a população do campo sobreveio a todos aos poucos. Cada passo da história, desde o descobrimento do país, durante a colonização, depois a independência e os demais acontecimentos históricos, marcaram a trajetória da educação do campo. Educação que esteve ligada às demandas agrícolas de cada época, conforme a necessidade e o processo de produção e de industrialização do país. No início, a educação do campo fundamentava-se nas grandes propriedades de terra. Geralmente, existia uma escola na fazenda que servia para alfabetizar as crianças dos empregados.

O ensino regular em áreas rurais teve seu surgimento no fim do segundo império e implantou-se amplamente na primeira metade deste século (XX). O seu desenvolvimento através da história reflete, de certo modo, as necessidades que foram surgindo em decorrência da própria evolução das estruturas sócio agrárias do país. (CALAZANS, 1993, p. 15).

A educação no campo surgiu realmente em determinado momento da história do Brasil, em que se necessitavam de escolas para ensinar as crianças e suprir às necessidades básicas de educação da própria sociedade. Seguiu conforme as vontades e ideologias que iriam beneficiar as elites brasileiras e o Governo. A educação para as crianças significa um grande meio para progredir na vida e deixar a vida sofrida do campo, contrariando a vontade das elites que deixariam de explorar a mão de obra barata e o trabalho braçal.

Com a chegada dos imigrantes europeus, ainda com muita resistência, foram se instalando algumas escolas conforme os ideais trazidos dos seus países de origem, não tendo, porém, forças para se difundirem para o interior do Brasil. Sem ter acesso às escolas, as crianças partiam para a lavoura trabalhar e com isso garantiam aos fazendeiros mais mão de obra e maiores índices de produção.

No entanto, os governantes brasileiros sentiram a necessidade de estreitar os laços dos imigrantes com o Brasil. Com a pouca oferta de escolas, estes estavam educando as crianças conforme as suas origens e tradições europeias. Então, para estreitar os laços dos imigrantes e principalmente das crianças e jovens com o Brasil, foram criadas mais escolas; nelas, procuravam educar os alunos conforme os costumes locais, distanciando os laços de origem. Segundo Demartini (2011), nessa época, o Estado preocupava-se em criar escolas por entender como um perigo se os imigrantes criassem suas próprias escolas e reforçassem os laços com as nações de origem, então, buscava uma educação que pudesse fortalecer os laços com a nação brasileira.

Mais tarde, no período da Primeira República, por volta de 1889, a educação do campo brasileira continuou inferior à educação das escolas urbanas. De acordo com Demartini (2011, p. 178):

A análise das fontes escritas relativas ao período da Primeira república evidenciaram que [...] a política educacional adotada durante este período foi a do atendimento restrito e preferencial às populações urbanas, em detrimento das populações residentes nas áreas rurais, que eram justamente aquelas consideradas, na época, como as mais avessas à educação escolar [...] recebendo uma educação diferenciada e inferior à que se propunha para as áreas urbanas.

No período após a República, durante o Estado Novo, começou a se pensar a educação nas áreas rurais do Brasil, levando mais oportunidades às crianças de ambos os sexos. Por volta de 1892, foram elaboradas algumas leis que consolidaram o ensino normal e reformaram o sistema de ensino, com a criação das “escolas ambulantes”. Porém, a luta por condições dignas para as escolas do campo continuava.

Com a chegada do Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, por volta de 1930, novas ideias surgiram. Essas mudanças refletiam tanto para as elites quanto para a população pobre da área urbana e rural. Este Movimento ganhava espaço embalado de ideias inovadoras recheadas de mudanças, inclusive para a educação do campo. Porém, apesar dos desafios, pela primeira vez as escolas do campo receberam um olhar diferenciado considerando as características peculiares da vida do campo.

Segundo Calzans (1993, p.18), essa nova concepção buscava uma nova escola:

Uma escola rural típica, acomodada nos interesses e necessidades da região a que fosse destinada [...] como condição de felicidade individual e coletiva. Uma escola que impregnasse o espírito do brasileiro antes mesmo de lhe dar a técnica do trabalho racional no amanhã nos campos, de alto e profundo sentido ruralista.

Os altos índices de analfabetismo assombravam o Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Uma década mais tarde, nos anos 1960, alguns fatos agravaram ainda mais a educação do campo no país. Destacando, nesse período, a saída do homem do campo para a cidade em busca de novas oportunidades para melhorar suas condições de vida e trabalho. Porém, muitos esbarraram no sonho de uma vida melhor e não encontraram o que esperavam. Sem terra e trabalho, consequentemente, começaram a se acumular nas periferias das cidades, formando as favelas.

Uma das saídas encontradas pelo Estado para conter esse fluxo migratório e atender ao pedido da elite brasileira preocupada com o crescimento das favelas, foi a instalação de novas escolas e projetos voltados ao campo, para que o camponês encontrasse ali o seu sustento. Mais uma vez, a educação voltada para o campo foi instaurada para evitar futuros problemas ao Estado, porém, não havia a intenção de estabelecer uma educação de qualidade para valorizar as crianças e jovens do campo.

[...] com o crescimento do número de favelados nas periferias dos grandes centros urbanos, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais.” (EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2007, p. 11).

Nos anos 1980, o meio rural enfrentou um grave problema de fechamento de muitas escolas do campo pela diminuição do número de alunos nas comunidades, consequência do significativo abandono das áreas rurais por muitas famílias que buscaram uma nova vida nas cidades nas décadas de 1960 e 1970.

Escolas públicas rurais [...] foram fechadas sob a alegação de que o número de alunos não era suficiente para a manutenção das turmas e classes escolares. Por sua vez a década de 1980 foi marcada pelo processo de nucleação ou consolidação das escolas rurais. Ou seja, escolas isoladas e unidocentes foram desativadas e núcleos rurais foram selecionados para sediar a instituição escolar [...] (SOUZA; MARCOCCIA, 2011, p. 193).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, grandes mobilizações da população rural marcaram a educação do campo. Mediante muita luta, a educação do campo ficou reconhecida em leis que regulamentam a educação no Brasil, como na Constituição de 1988 e na LDB n. 9.394/96, aprovada em dezembro de 1996.

A partir do século XXI, apesar dos avanços, ainda há muito para realizar, pois em muitos casos, a educação do campo ainda fica em segundo plano. Além do mais, os direitos estabelecidos por leis não garantiram de fato, para crianças e jovens, os direitos ao acesso e à permanência em uma educação de qualidade. As escolas do campo ainda sofrem com a falta de políticas públicas que atendam realmente às suas necessidades.

É preciso buscar novas alternativas para continuar avançando e rompendo as barreiras e as ideologias de uma educação deixada de lado, em segundo plano. É importante reorganizar os modelos educacionais, valorizando as especificidades do campo, para que as crianças e os jovens que são atendidos por esta educação tenham uma aprendizagem significativa. Para Demartini (2011, p. 187), “A questão que permanece, depois de mais um século, é: Por que a educação da população rural continua não só em segundo plano, mas com tantos problemas?”

Apesar das conquistas, fruto do empenho dos povos do campo, é preciso mais. As escolas do campo precisam ser reconhecidas. Para isso, são necessárias medidas diferenciadas, de norte a sul do país, que atinjam especificamente as dificuldades de cada escola, sendo estas pedagógicas, de estrutura física, formação de professores, transporte escolar, entre outras, lembrando sempre das diferentes culturas e condições sociais que caracterizam o país.

4 OS AVANÇOS E AS CONQUISTAS NA LEGISLAÇÃO

A legislação educacional é, certamente, uma das grandes maneiras de assegurar para muitos educandos, professores, gestores e pais, direitos e deveres que devem ser respeitados e cumpridos pelo amplo grupo de pessoas que constituem a comunidade escolar, bem como também é responsabilidade dos segmentos governamentais. Portanto, é indispensável conhecer e compreender as leis que ao longo da história permearam e discutiram a educação do campo, trazendo avanços e qualidade ao atendimento da educação na área rural.

Nos últimos anos, são vários os movimentos que lutam por melhorias na educação do campo. Por meio de seminários, conferências e movimentos sociais muitas conquistas já podem ser comemoradas. Porém, ressalta-se uma análise sobre os avanços e as conquistas diante da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).

Na elaboração das primeiras constituições no Brasil, a educação do campo não foi mencionada em seus artigos. Com as novas regulamentações de ensino na Constituição de 1988, a educação nas escolas do campo ganhou subsídios para suprir suas necessidades, tanto socialmente quanto na área pedagógica, assim como, também, na elaboração da nova LDB n. 9.394/96, que destinou os artigos, 23, 26 e 28, específicos para a educação do campo. De acordo com Molina (2012, p. 452), “Aliado aos dispositivos da Constituição Federal está também definida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n. 9.394/96, nos seus artigos 23, 26, 28, a especificidade do campo no que se diz respeito ao social, cultural, político e econômico [...]”

A Constituição de 1998 e a LDB n. 9.394/96 proporcionaram muitos ganhos para a educação do campo, os quais haviam sido esquecidos nas elaborações anteriores. Com essas leis, foram abertos precedentes legais, jurídicos e políticos que trazem possibilidades de uma educação que respeite a identidade do homem do campo. Esse foi um grande momento para a educação campesina, pela primeira vez mostra-se consciência das singularidades do campo e de um processo educacional que atende às expectativas desse povo.

O PNE teve metas de 2001 a 2010, as quais abrangeram algumas para a educação do campo. Infelizmente, após uma década, as mudanças esperadas para a educação do campo não foram eficazes. A realização da Conferência Nacional de Educação (Conae), no período de 28 de março a 01 de abril de 2010, reorganizou e estabeleceu novas metas para o novo Plano Nacional de Educação (PNE) que compreenderá de 2011 a 2020.

Para Souza e Marcoccia (2011, p. 202):

Entretanto, cabe indagar: O documento final do PNE 2011-2020 aprovará uma política de educação do campo referendada pelos movimentos sociais? As metas e estratégias serão

compridas? [...] A realidade dos municípios brasileiros, no que tange à educação do campo, é semelhante: professores temporários, precariedade no transporte escolar de alunos e professores, carência de atendimento educacional especializado, e material didático frágil no que se diz respeito ao tema campo brasileiro. Como articular municípios, estados e união no desenvolvimento da educação do campo? [...]

Essas são respostas que não se pode encontrar no momento, afinal, o novo PNE ainda está em tramitação no Congresso Nacional para ser aprovado. Para que as metas e as estratégias se cumpram, é preciso que todos exerçam seus papéis; mesmo não sendo as metas mais ideais para a educação do campo, muito pode ser feito por meio das já elaboradas.

5 UM OLHAR PARA A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO CATARINENSE

O Estado de Santa Catarina possui uma grande diversidade econômica e cultural, apesar de ser um dos menores estados em extensão do Brasil. Esta grande diversidade vem em consequência da colonização dessas terras, que tiveram como principais desbravadores imigrantes europeus nos séculos XIX e XX, os quais se instalaram inicialmente no litoral do Estado se difundindo mais tarde para o interior.

Apesar de o litoral já ser conhecido por diversos navegadores que faziam suas paradas nessa região, os principais povoamentos vieram com imigrantes açorianos, portugueses, alemães e italianos. Em consequência, hoje o Estado tem uma população de um pouco mais de seis milhões de habitantes e possui grande diversidade de etnias, entre elas, portuguesa, alemã, italiana, polonesa, indiana e africana, que trouxeram de suas terras de origem seus costumes e tradições.

Além das grandes diversidades construídas por esses povos, eles também trouxeram na bagagem a necessidade das escolas para as suas crianças e adolescentes, contribuindo, assim, para a difusão das escolas, principalmente na área agrícola, pois os imigrantes, em maior número italianos e alemães, instalaram-se em pequenas propriedades, constituindo a agricultura familiar.

Cada grupo de imigrantes procurou organizar a sua escola de acordo com sua nacionalidade, pois esta era a forma de preservar a cultura de origem. A escola também era pensada com vistas a instruir as primeiras letras e os cálculos, além de manter viva a história que traziam do seu país de origem. (NAWROSKI; BELTRAME, 2010, p. 2).

Para conter as escolas dos imigrantes, o Estado sentiu-se obrigado a implantar escolas nas áreas rurais para desenvolver um processo de nacionalização e fortalecer os laços dos imigrantes com o Brasil. Para isso, eram proibidas aulas da língua de origem, apenas eram ministradas aulas na língua nacional e com o objetivo de instruir as crianças para o mundo do trabalho.

Por volta de 1938, com o objetivo de acentuar ainda mais o nacionalismo e acabar de vez com as poucas escolas que trabalhavam com a língua de origem, o atual Governador do Estado de Santa Catarina, Nereu Ramos, sancionou decretos-leis nacionalizando o ensino catarinense. O ensino-aprendizagem passou a ser realizado somente na Língua Portuguesa, o que acarretou ainda mais prejuízos no processo educacional de algumas comunidades.

Segundo Vendramini (2004, p. 155):

A escola rural em Santa Catarina nasce junto e em resposta a um processo de expulsão dos trabalhadores, conhecido como êxodo rural. Já no início do século passado existem pessoas que não podem mais viver do seu trabalho e são obrigadas a buscar alternativas em outras regiões e cidades. Exemplo disso é a lei dos “dois terços” que exige que dois terços dos trabalhadores sejam brasileiros [...]

Muitas novas escolas foram instaladas nessa época, praticamente todas as comunidades passaram a ter uma escola, firmando o homem no campo e evitando ainda mais as acumulações nas periferias das cidades, já que nem todos os imigrantes garantiram uma vida melhor saindo do campo para trabalhar na cidade, por falta de oportunidades. Com medidas impulsivas, o Estado controlava o êxodo rural e satisfazia o desejo de ter escolas e educação, mesmo que não fossem de qualidade.

Apesar do dever em forma de lei, federal e estadual, para prestar um bom atendimento à educação do campo na década de 1990 e início dos anos 2000, muitas escolas construídas nos anos anteriores precisaram ser fechadas. Conforme Fernandes (2012), de acordo com o senso escolar, entre 2000 e 2011, 54, ou seja, 12% das escolas do campo de Santa Catarina foram fechadas. A justificativa do Governo é que havia um número elevado de escolas e poucas crianças para atender, em virtude do êxodo rural das décadas anteriores, e, além disso, era preciso cortar gastos, e a forma mais econômica foi o fechamento de algumas escolas e o uso do transporte escolar para levar as crianças até a comunidade mais próxima, uma realidade visível nos dias de hoje.

Em 2004, ocorreu o I Seminário Estadual de Educação do Campo de Santa Catarina, que teve como objetivo principal a sensibilização dos gestores públicos para a implementação da educação do campo. As discussões decorrentes deste Seminário resultaram em uma carta de Santa Catarina à educação do campo, na qual foram elencados vários pontos: construção de uma política nacional de educação do campo; universalização do acesso à educação do campo; financiamento para a educação do campo e operacionalização das diretrizes de educação do campo.

Hoje em Santa Catarina existe o curso de formação de professores do campo oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), um Curso de Graduação em Educação do Campo (Licenciatura), que teve início em 2009 por meio do Pró Campo, um programa do Governo federal. Outra iniciativa em Santa Catarina é o Seminário de Pesquisa em Educação do Campo que teve a sua segunda edição no ano de 2011 pela UFSC.

As mudanças no modo de produção e de viver do campo trazem a necessidade de mudança na educação. As escolas devem atender a estas mudanças, para estar próximas dos valores, das crenças, da cultura e dos modos de vida da comunidade em que estão inseridas. Assim, as crianças e jovens precisam ter a garantia de uma educação de qualidade ligada à cultura e às raízes da vida do campo.

6 CONCLUSÃO

Esse olhar diante da história da educação do campo permite reflexões diante das lutas e das conquistas do povo do campo. Certamente, a compreensão desse processo histórico permite refletir a presente situação das escolas do campo. A busca pela qualidade e por uma educação do campo, que se faça no campo e para o campo, é sem dúvida o desejo de muitos movimentos sociais deste. Apesar dos desafios, este povo sempre seguiu motivado para reivindicar mudanças e melhorias na educação.

É preciso a atenção especial dos governantes para a criação de políticas públicas e aplicação de recursos para a melhoria das estruturas das escolas, física e pedagogicamente. Assim, a escola será do campo e deve trazer para a comunidade rural a oportunidade de não apenas ter acesso à escola, mas o mais importante, a oportunidade de participar e permanecer nela. É preciso romper com as ideologias históricas que marcaram a educação do campo e fazer com que se concretizem de fato o *acesso* e a *permanência* dos educandos do campo, em escolas do e no campo.

REFERÊNCIAS

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do estado no meio rural. In: DAMASCENO, M. N.; THERRIEN, J. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

DEMARTINI, Z. de B. F. Educação rural: retomando algumas questões. **Educação e contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 36 p. 175-189, jul./dez. 2011.

EDUCAÇÃO DO CAMPO. Diferenças mudando paradigmas. **A Legislação Brasileira e Educação do Campo**. Brasília, DF, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.red-ler.org/educacaocampo.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, E. Por que eles estudam tão longe? **Revisão Nova Escola**, n. 253, p. 82-87, nov. 2012.

MOLINA, M. Legislação Educacional do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde, 2012.

NAWROSKI, A.; BELTRAME, S. B. **As professoras na educação do campo em Santa Catarina**. Florianópolis, 2008.

SOUZA, M. S.; MARCOCCIA, P. C. de P. **Educação do Campo, escolas, ruralidades e o projeto do PNE**. Salvador, v. 20, p. 191-204, jul./dez. 2011.

